

Memorial¹

João Trajano Sento-Sé

Em passagem frequentemente citada da célebre conferência sobre a ideia de nação, Ernest Renan declara que a memória que constitui a liga e estrutura a identidade nacional de um povo não é composta somente por lembranças, mas dela faz parte, sobretudo, o esquecimento. O esquecimento das passagens trágicas e vergonhosas, a supressão dos massacres e das ignomínias salvam da fragmentação o que, não sendo assim, não passaria de um amontoado errático de povos, línguas, linhagens e crenças conflitivas irreduzíveis entre si. Tanto quanto as lembranças, o esquecimento confere unidade e senso de pertencimento a uma pluralidade que, de outro modo, seria marcada por conflitos e guerras incessantes.

Lembrança e esquecimento são parte de um mesmo processo de composição da história de um povo idealizado como tal. Há certo parentesco entre o exercício de composição discursiva da nação com aquele executado pelo memorialista que estabelece, a partir de um certo ponto de sua história, a trajetória que o tornou aquilo que ele julga ou quer que os ouvintes/leitores julguem que ele é. Está em questão não apenas uma trajetória quase teleológica, mas o *telos* provisório, o lugar de onde o relato é enunciado.

O trabalho criterioso de composição do relato memorialista aproxima esse gênero das narrativas nacionalistas num segundo aspecto. Há em ambos um componente ficcional, destacado por alguns dos mais importantes intérpretes do fenômeno nacionalista através do conceito de invenção. A base desse exercício está apontada por Renan, mas os seus desdobramentos vão para muitas direções que coincidem na desessencialização da ideia de nação e de seus conteúdos. Se assim não fosse no que tange aos relatos individuais, a composição de um memorial seria uma insuportável demonstração de impudícia. A proximidade de seu próprio discurso ao discurso da identidade nacional, tal como entendida por alguns dos intérpretes do fenômeno do nacionalismo, protege o memorialista.

¹ Este memorial foi concluído em dezembro de 2019 e defendido em 11 de março de 2021. A banca examinadora foi composta pelos Profs. Helena Bomeny (presidente), Ângela de Castro Gomes, Brasília Sallum Jr, Michel Misse e Renato Lessa.

Há, ainda, uma terceira aproximação que deve ser feita entre ambos os gêneros. Nas abordagens destacadas anteriormente, há, quase sempre, o enunciador do discurso. Pode ser uma classe, um segmento, uma estratégia, mas a sombra da autoria permanece presente, de modo assumido ou não. Pertencente a essa mesma linhagem, Benedict Anderson dá um passo à frente e dilui o lugar de autoria através do conceito de comunidade imaginada. A recepção se torna aspecto central e o discurso nacionalista se torna processo. O mesmo pode caber no caso do memorialista.

A rigor, os significados conferidos a eventos passados se transmudam, se recompõem entre si, ganham novas tinturas à medida que o lugar de que se narra é assumido como instável e mutante. Somente o mais célebre dos memorialistas brasileiros, Brás Cubas, parece safar-se de tal maldição, a um preço, contudo, que nenhum outro gostaria de pagar. A liberdade pode custar caro. No que se descreve a seguir, assume-se apenas o esforço de obter uma boa composição, de que os esquecimentos não representem lacunas e, mais importante, a confortável sensação de que um memorialista não passa de um *ghost writer* de si mesmo.

Tornar-se adulto no período entre o final dos anos de 1970 e a primeira metade da década posterior, no Brasil, foi uma experiência que deixou marcas de diferentes naturezas em muita gente. Uma rápida enumeração basta: retorno dos exilados pelo regime autoritário civil-militar de 1964, reintrodução do pluripartidarismo, primeiras eleições diretas para chefes dos poderes executivos estaduais desde 1965, avanço da lenta exaustão do último ciclo autoritário do Brasil republicano até o presente momento. Estes foram alguns dos episódios que povoaram a biografia de estudantes universitários razoavelmente interessados nas questões da vida pública desse período e que ingressaram na universidade em 1981. A consolidação de um ciclo inflacionário que castigaria a economia brasileira até meados da década de 1990, os sobressaltos quanto ao possível recrudescimento do regime despótico e as bombas que explodiam aqui e ali são o contraponto sombrio dos episódios que inspiravam entusiasmo.

Gosto de pensar que, desde que fiz minha matrícula para cursar ciências sociais no IFCS, no verão de 1981, jamais deixei de ter algum vínculo formal com a universidade pública. Estive na UFRJ, de 1981 a 1985, como estudante de graduação em ciências sociais, e, depois, de 1986 a 1988, no mestrado na Escola

de Comunicação. De 1989 a 1999, manteve o vínculo com a UFRJ como professor de sociologia do Colégio de Aplicação. Desde 1995, sou professor de ciência política da UERJ, no Departamento de Ciências Sociais que se tornaria, em 2014, o Instituto de Ciências Sociais.

As melhores lembranças dos primeiros tempos de IFCS estão mais associadas ao que se passava fora das salas de aula propriamente ditas. O *frisson* das mobilizações políticas, o encontro com novos colegas vindos de lugares sociais variados, os projetos com os amigos do jornal *Patuá*, e muitas confraternizações. Era o tempo das jornadas reichianas, das festas do jornal *Luta e Prazer* e do surgimento do Circo Voador, no verão de 1982, no Arpoador e, depois, na Lapa. Mesmo com tantos estímulos extracurriculares, faz parte da memória o encontro com o professor Jetter Ramalho. Intelectual sem obra. A generosidade e firmeza de sua atividade docente deveriam fazer com que todos que tiveram a sorte de cruzar com ele, na qualidade de seus alunos, escrevessem um memorial para fazer o registro e não deixá-lo num imerecido esquecimento. Já no primeiro período de faculdade, a despeito de todos os demais atrativos acenados aos calouros, dei sorte e tive em Jetter um belo exemplo de professor.

Em tempos confusos e de transição, a década de 1980 no IFCS foi tumultuada, para dizer o mínimo. Tínhamos ao menos uma paralisação por semestre, e algumas delas se estendiam por semanas ou meses. Ainda assim, fazia sentido estar ali.

Alguns daqueles que estariam entre os melhores professores que tive na graduação estavam fora naquele período inicial, fazendo mestrado e/ou doutorado no exterior. Pode-se dizer que o IFCS foi melhorando à medida que o próprio cenário brasileiro se tornava menos sombrio. Jovens professores eram recrutados e algumas referências de que só tínhamos ideia pelo relato dos veteranos retornavam. Mas, em alguns casos, havia também certa ironia amarga em toda a movimentação. O retorno de Manoel Maurício de Albuquerque à Faculdade de História, por exemplo, durou apenas alguns dias. Expurgado pelo regime civil-militar, obrigado a dar aulas de História em cursinhos (quando chegou a ser, por sinal, meu professor de História do Brasil) para sobreviver, Manoel Maurício provavelmente deu vazão às agruras acumuladas, sofreu um enfarte e faleceu logo após sua incorporação à universidade.

Paralelamente à iniciação em ciências sociais, dedicava algum tempo à militância na Associação de Moradores de Laranjeiras (AMAL). Esse também foi o tempo da emergência da sociedade civil organizada em configurações

distintas dos modelos sindical e corporativo que vigoraram na República de 1946. O início dos anos 1980 foi pródigo na criação de associações de bairros, na articulação de movimentos de moradores de favelas, além dos primeiros passos do que viria a ser uma rede minimamente organizada de grupos identitários. Não é verdade que a “sociedade civil organizada” seja um fenômeno inédito desse contexto. Creio que já existia isso nos anos de 1950 e início dos anos 1960 no Brasil. Mas é claro que temos aí uma reconfiguração importante.

No que me lembro, atuar na AMAL não diferia significativamente em relação a estudar no IFCS. Não tinha uma determinação especial em tornar-me um sociólogo ou coisa que o valha. Honestamente, sequer sabia direito o que era a sociologia. Nunca ouvira falar da existência da antropologia ou da ciência política. Mais seguro sobre as opções que não me contemplavam, intuí que o curso de ciências sociais propiciaria alguns anos de formação em uma atividade profissional que implicava leituras de teoria sobre a sociedade. Dei sorte por entrar na universidade e aprender coisas que não sabia que existiam. Acho que deve ser o caso de muita gente.

No caso da militância associativa, não tivera qualquer socialização anterior com a política e suas atividades. Acompanhava com interesse brando as movimentações de então, mas a ideia de tomar parte moderadamente daquilo parecia interessante. É quase paradoxal que simultaneamente à extrema mobilização pela refundação do sistema partidário competitivo, o entusiasmo pelo retorno de gente como Prestes, Arraes, Brizola e tantos outros, houvesse grupos que renegassem a via partidária como alternativa plausível e preferencial para o processo de redemocratização em curso. Entenderia isso melhor, alguns anos depois. Ali, se hoje construo uma memória fidedigna sobre o momento, optava apenas intuitivamente por uma via não partidária de atuação política e fazê-lo no bairro em que morava parecia uma boa escolha.

No jornal da AMAL tive, em parceria com meu amigo, futuro professor de matemática do ensino médio, Marcelo Teófilo, minha primeira experiência literária. Tratou-se de uma coluna permanente no suplemento do jornal produzido por jovens moradores de Laranjeiras vinculados à associação. A coluna se chamava o Lugar de Nostrajanus. Nela publicávamos regularmente horóscopos de nossa lavra e previsões do futuro. Foi aí que comecei a errar projeções e me enganar nos prognósticos, o que representou o primeiro sinal sobre minha vocação para economista ou cientista político.

IFCS e AMAL convergiram para aquilo que se poderia chamar minha formação intelectual e política de base. Além das leituras dos cursos, de que me

desincumbia com dificuldade e com brilhantismo aquém do que deveria confessar, temperei minha formação à base do talento e da criatividade editorial com que a Editora Brasiliense era conduzida à época. As coleções *Primeiros Passos*, *Cantadas Literárias* e *Tudo é História* se somavam à publicação de obras de Walter Benjamin, dos *beatnicks* e de autores não muito alinhados com o *establishment* intelectual ou mesmo de seus críticos mais consagrados daquele momento. Remonta àquele tempo a convicção de que uma política de estímulo à atividade editorial está na base de qualquer projeto consequente para a cultura, a ciência e a tecnologia.

No IFCS, acabei sendo aluno de gente como Renato Lessa, Ferraz, Rosilene Alvim, Reginaldo Gonçalves, José Ricardo Ramalho, Yvone Maggie, Michel Misse, Regina Novaes, Gerd Borheim, Emmanuel Carneiro Leão, Roberto Machado, Guido de Almeida, José Américo Pessanha, e alguns outros que, coincidência ou não, me escapam à memória. Esse tipo de enumeração é arriscada, pelas omissões que pode trazer, mas necessária pelo reconhecimento que se impõe àqueles que povoam a memória. Ao fim e ao cabo, considero que tive uma boa formação.

Visto de forma retrospectiva, o surgimento de personagens como Escadinha, Sílvio Maldição, Maurinho Branco, entre outros, deveria ter chamado mais rapidamente a atenção dos cientistas sociais da década de 1980. Afinal, o crime e a violência em cidades como Rio de Janeiro e São Paulo ganhavam proporções e contornos nunca antes alcançados e, consequentemente, viraram itens prioritários da agenda pública. O tempo da pesquisa e da construção de grupos e programas, porém, tem um ritmo próprio. O NEV foi criado em São Paulo apenas em 1987 e, em sua origem, era mais focado no fortalecimento do debate sobre direitos humanos e na questão carcerária do que nas questões relativas à criminalidade e à segurança pública propriamente ditas. Os trabalhos que viriam a se tornar referências fundadoras do campo de estudos da da violência, da criminalidade e da segurança pública ainda estavam por ser feitos ou em andamento. Dentre os que circulavam, dois me causaram interesse especial. O trabalho de Antônio Serra, professor da UFF, sobre a abordagem da violência pela mídia “espreme sai sangue”, materializada à época nas páginas de *O Dia*, foi um deles. O outro era um pequeno opúsculo editado de forma artesanal de autoria de Michel Misse e Dráuzio Gonzaga. Os dois trabalhos circulavam entre frequentadores do *Socci*,

um núcleo de estudos composto por profissionais das ciências humanas que oferecia cursos livres àquela época. Nunca participei de qualquer atividade do *Socci*, mas tive colegas que não só participavam como, eventualmente, ofereciam cursos ou palestras. O espírito aberto e um tanto anárquico do núcleo encantava estudantes, e não era para menos.

Pensar os personagens que controlavam o comércio varejista de drogas nas favelas cariocas sob a égide do conceito de banditismo social, tal como formulado por Eric Hobsbawm, é algo que talvez se devesse esquecer, mas foram muitos os que cederam a essa tentação. No fundo, bem lá no fundo, havia algo de plausível nessa perspectiva que o tempo, e o amadurecimento heurístico e conceitual, além das leis de mercado, trataram de atirar na vala do esquecimento. Um antigo mercado ganhava novo formato. O comércio varejista de drogas nas favelas deixava de ser uma atividade de comércio local para movimentar um volume crescente de recursos e, conseqüentemente, atrair a cobiça e a disputa por seu controle. Para se garantir no empreendimento, que ganhava contornos de negócio, eram necessárias armas para defender-se dos que vinham de fora e laços de cumplicidade com os que viviam no interior das áreas de comercialização. Era preciso, também, aprender a lidar, no novo contexto, com as forças do Estado.

Essa foi a missão de comerciantes de drogas ilícitas que começaram a ganhar notoriedade na primeira metade da década de 1980 no Rio de Janeiro. Sua relação com as comunidades em que atuavam, em geral as mesmas em que haviam nascido e crescido, passava pela troca de favores, apoio assistencial e proteção em troca de acolhida ante as ameaças de outros traficantes e da polícia.

Juntar a ideia de banditismo social e o que ocorria no Rio de Janeiro parecia uma fórmula relativamente simples e de compreensão quase automática. A mística da Falange Vermelha ainda não se disseminara muito, mas é fácil entender o porquê de ter sido tão bem-sucedida rapidamente. Sugeriu uma espécie de resistência bandida ao *establishment* dotada, àquela altura, de algum *glamour*. Apesar de sua fragilidade, toda essa combinação despertou meu interesse, foi objeto de algum investimento e acabou resultando num pequeno trabalho de fim de curso que me valeu a aprovação em duas matérias, o que não é pouca coisa para um jovem estudante pressionado a colar grau. Talvez, para alguns, esse fosse um feito a ser esquecido, mas não creio nisso.

Verdadeiramente inesquecível foi o impacto causado pela leitura de Jean Genet. Foi nesse período que a Nova Fronteira editou, pela primeira vez no Brasil, obras como *Nossa Senhora das Flores* e *Pompas Fúnebres*. Conhecido até então pela montagem de *O Balcão* e pela publicação, em 1968, de *O Diário de um*

Ladrão, Genet teve vários de seus trabalhos traduzidos e editados, tornando-se um autor razoavelmente conhecido. Para isso, concorreu, também, a versão para o cinema de *Querelle de Brest*, por Fassbinder. Havia um contexto para isso.

Na esteira dos tempos que se queriam novos de redemocratização e ampliação das liberdades, experiências relativamente abortadas eram recuperadas no campo da estética e da cultura, em sentido amplo. Ao mesmo tempo, sem necessariamente denegar a recuperação de experiências pretéritas, novas abordagens para a arte, a política e a vida pública de forma geral eram mais do que bem-vindas. Elas eram um imperativo que se expressava no perfil de autores que eram editados, nas experiências dramáticas que se encampavam, na música e, por que não, na política. Os habitantes malditos das artes e da cultura eram bem vindos à nova cena.

Olhando retrospectivamente, havia cruzamentos possíveis a serem identificados entre as narrativas cotidianas dos feitos e desfeitos da primeira geração de traficantes de drogas no varejo das favelas cariocas e a experiência do crime tal como descrita por Genet em seus romances, peças e novelas. Há em ambos um processo de estetização do crime e da violência que projetam uma espécie de duplicidade especular dos mecanismos de produção de ordenamento do mundo e da vida social. Tais projeções perturbam e fascinam. Em meados dos anos 1980, porém, essas duas narrativas pareciam seguir rotas distantes e paralelas. A escolha da versão da violência em sua dimensão quase mística se mostrou mais atraente, e um programa de pós-graduação em comunicação, que dava seus primeiros passos adotando uma perspectiva definida por seus condutores como interdisciplinar, pareceu o lugar ideal para seguir nessa direção.

Estudar a estetização do crime como uma forma de interpretar a modernidade e algumas de suas versões pareceu empreendimento perfeito para experimentações. O foco de estudo: um diálogo imaginado entre Marquês de Sade e Jean Genet. Recuperando do primeiro seu incansável trabalho de fazer da organização de orgias e festejos eróticos um exercício de construção de figuras geométricas com ângulos, lados e articulações inimagináveis, colocando a “razão que liberta” a serviço da tirania da volúpia individual, e expandindo o cálculo racional num incansável exercício anti-hobbesiano de maximizar a dor para, hobbesianamente, potencializar o prazer. Em Genet, identificando o transe místico na escatologia das ruas, na sordidez dos pequenos subterfúgios e nos amores sórdidos que fervilham nos subterrâneos e nas madrugadas das grandes cidades.

A lide com os textos de Genet foi quase que nulamente mediada. Quando muito, foi processada com o auxílio dos textos críticos do próprio autor. A leitura de alguns capítulos da conhecida obra de Sartre, *Saint Genet, comedián et martyr*, quase levaram à desistência de explorá-lo por dois motivos. Diante da grandiloquência do “ensaio”, é pertinente pensar: o que resta a ser dito depois de tantas páginas? O outro motivo: se Genet é isso, não deve ser tão interessante quanto parece ao primeiro contato. Frente à imposição de fazer uma escolha, pareceu-me que o mais conveniente seria deixar Sartre de lado. Parafraseando o grafite de 1968, em Paris: é melhor errar com Genet, do que acertar com Sartre.²

O primeiro contato com a obra do Marques de Sade foi cru, descomprometido, destinado à pura fruição. Sequer me recorde de como cheguei a ela. A maior parte das edições em língua portuguesa era de Portugal. Elas eram caras e não facilmente acessíveis àquela época. O diálogo aberto com toda a tradição iluminista de língua francesa e o lugar de destaque que Adorno e Horkheimer atribuem a ele na dialética do esclarecimento fizeram da leitura do “divino Marquês” uma coisa a ser levada a sério. Foram as leituras realizadas a partir do interesse em conhecer os interlocutores efetivos ou virtuais do Marquês de Sade que fizeram a escolha da ciência política meu destino mais desejável, quando o retorno às ciências sociais se impôs.

O acesso a livros importados no Rio de Janeiro era parcialmente garantido, nos anos de 1980, por Dona Vana, a apenas aparentemente irascível livreira romena que criou com seu marido, já falecido na época que por lá eu andava, a Livraria Leonardo da Vinci. Cair nas graças de Dona Vana era uma dádiva não propriamente por um interesse utilitário, mas pelo gosto compartilhado pelos livros. Ter conta na Da Vinci era imperativo para quem precisava importar títulos com a regularidade permitida pelos valores das bolsas de estudo, bem maiores do que são hoje, mas ainda assim limitados.

A irascibilidade das bibliotecárias da Maison de France era mais evidente e real. Para quem estudava autores franceses, contudo, elas tinham a chave de um pequeno tesouro. Dei sorte de ter obtido muita solidariedade delas e a licença, inclusive, para retirar por alguns dias os volumes das obras completas de Sade e de Genet, sem sequer ser filiado à biblioteca. Na ocasião achava que era uma grande gentileza, por solidariedade e afeição. Hoje, mais cético, cogito que talvez não houvesse tanta demanda assim por aqueles exemplares.

² Trocadilho com o grafite de maio de 1968, na Sorbonne, que dizia mais ou menos assim: “É melhor errar com Sartre do que acertar com Aron”.

Finalmente, fazia parte da vida maravilhosa de um estudante de pós-graduação, bater os sebos do centro da cidade. Programa inesquecível para as manhãs de sábado, quando o centro não tinha aquela pressa típica dos dias de semana, circular pelos sebos da Sete de Setembro, da Miguel Couto (com vários andares) e correr as prateleiras da São José era invariavelmente uma promessa de grandes achados. Enquanto cobríamos o circuito, eu e Thereza Vianna travávamos diálogos intermináveis e fazíamos planos para os futuros próximo e distante. Ela me ensinou a ler em francês e a escrever em português. Não lembro de ter dado muita coisa em troca, mas entre o tanto que fizemos está Isadora, uma linda garota que viria a se tornar, ela própria, uma cientista social.

Foi nessa atmosfera e circunstância que, com a orientação aberta e generosa de Marcio Tavares D'Amaral, apresentei, em 1988, uma dissertação de mestrado chamada o *Legado de Caim*.

1989 foi um ano especial. Para quem esteve na Candelária, em 1984, no célebre comício pelas eleições diretas, o ato de encerramento da disputa presidencial de 1989, com a presença de Lula e Brizola no mesmo palanque, foi uma espécie de segundo encontro no romance possível entre a ordem política e a mobilização pela democracia, que se recompunha a duras penas. Foi no ano do bicentenário da Revolução Francesa, das manifestações da Praça da Paz Celestial, da Queda do Muro de Berlim e do Colapso da Cortina de Ferro que se deu a decisão pelo retorno às ciências sociais. Duas razões concorreram para isso. Ambas de natureza pragmática.

A experiência na Escola de Comunicação, marcada por total liberdade intelectual e abertura para a experimentação, se revelou não tão consistente do ponto de vista da formação profissional. Num período em que a especialização ganhava mais força, a prudência sugeria não remar contra a maré. Esse foi um sentimento exacerbado pela oportunidade aberta com o ingresso no magistério, mais precisamente pela aprovação em concurso público para lecionar Sociologia no Colégio de Aplicação da UFRJ. Uma vez professor de Sociologia, era desejável que tivesse, de fato, uma formação sólida na área. O campo da ciência política parecia próximo o suficiente desse imperativo, ao mesmo tempo em que, dada a exploração mencionada anteriormente a partir de Sade, não impunha uma distância tão grande das ambições que até então haviam prevalecido.

Embora seja formalmente uma experiência profissional, pode-se dizer que a passagem de onze anos no CAP foi, também, parte de um processo de formação. Poucos estudantes de ciências sociais à época buscavam a licenciatura. Além da disciplina não fazer parte dos currículos escolares, o que tornava quase que absurdo consumir tempo nessa formação, a inserção no ensino médio não parecia uma alternativa desejável, ao menos para os estudantes mais destacados. Quando estava concluindo a licenciatura por achar o magistério uma alternativa plausível para o futuro, o CAP abriu vagas para concurso e uma delas era para sociologia. O empenho de Hebe Goldfeld, professora da Faculdade de Educação e de Prática de Ensino, foi crucial para isso. Dei sorte! Fiz a prova e passei.

No CAP travei contato com alguns parceiros que se tornaram referência profissional e afetiva: Mônica Lima e Souza (a quem já conhecia do IFCS), Fábio Garcez, Clóvis Neves, Laura Mello, João Rua e Américo Freire que, além de colega no CAP, tem sido um interlocutor recorrente em vários trabalhos e debates, especialmente no que tange à sua área de atuação, a política no Rio de Janeiro. Sei que é polêmico, mas acho que todo aquele que postula seguir a carreira docente deveria ter uma experiência inicial no ensino médio.

Havia no CAP uma atmosfera especial em que os docentes realmente dialogavam entre si, buscavam qualificação profissional e, eventualmente, conduziam atividades de pesquisa. No início, era um tanto aterrorizante descobrir que certo aluno era filho ou filha de um ex-professor do IFCS, mas, com o tempo, isso se converteu numa motivação extra para realizar coisas por lá. Foi como docente do CAP que consegui minha primeira verba de pesquisa, pela Fundação José Bonifácio, e realizei um levantamento sobre estudantes e ex-estudantes de ciências sociais que atuavam no magistério. Apresentei os resultados em alguns encontros.

A experiência do magistério no CAP foi um dos fatores que me fizeram reorientar minha trajetória de formação. Ela se traduziu na escolha por retornar às ciências sociais, através do ingresso, em 1990, para o mestrado no Instituto de Pesquisa do Rio de Janeiro (Iuperj). Em meados dos anos 1980, os alunos de ciências sociais interessados em realizar sua pós-graduação no campo, sendo radicados no Rio de Janeiro ou desejosos de permanecer na cidade, tinham basicamente duas escolhas: O PPGAS, da UFRJ, e o IUPERJ, da Candido Mendes. Em 1985, quando concluía a graduação e terminava a licenciatura, nenhuma delas me atraiu muito. Eu e alguns amigos do IFCS migramos para a ECO. Mas em 1989, estreando no magistério como professor de sociologia,

achei que devia mudar os planos e decidi me candidatar a um segundo mestrado, dessa vez no IUPERJ.

Era comum uma parcela dos estudantes de graduação do IFCS se referirem ao IUPERJ como uma instituição conservadora em termos políticos e “positivista” em sua linha epistemológica. O suporte de fundos internacionais, em geral de origem estadunidense, funcionava como aliado a essas sentenças. Alguns amigos bem próximos lá matriculados alegavam, convincentemente, que a instituição estava incorporando novos quadros, ampliando suas perspectivas e era profundamente sólida. Tais argumentos aliados à ideia de que uma formação ali implicaria uma chancela institucional importante para a carreira profissional que se iniciava definiram minha escolha.

Ótima escolha, diga-se de passagem. Ao longo de minha estadia no IUPERJ, adquiri uma formação consistente, fui aluno de pesquisadores e intelectuais de ponta e contei com uma estrutura extraordinária, com destaque para a biblioteca. Entre 1990 e 1997, cursei, então, um segundo mestrado e integralizei meu doutorado com uma tese sobre o brizolismo no Rio de Janeiro, chamada *Estetização da política e carisma: o caso do brizolismo no Rio de Janeiro*. Nos cursos com Luiz Eduardo Soares, Luiz Werneck Vianna, Luís Antônio Machado, Cesar Guimarães, Olavo Brasil, Ricardo Benzaquen de Araujo, Renato Lessa e José Murilo de Carvalho, pude acrescentar uma literatura que, aliada àquela que acumulei erraticamente na graduação e anarquicamente na ECO, definiu meu perfil e minhas preferências intelectuais. O contato nesta instituição com Luiz Eduardo Soares foi uma espécie de bom encontro, numa inversão do mote de La Boétie.

Luiz Eduardo era um dos quadros a que meus amigos se reportavam ao tratar de um suposto novo perfil do IUPERJ. O outro era Ricardo Benzaquen de Araujo. Nessa esteira, logo depois viria Renato Lessa, com quem já fizera alguns cursos na graduação e, um pouco mais adiante, Marcelo Jasmin. Como não poderia ser diferente, também travei contato no IUPERJ com alguns dos nomes de sua versão “tradicional” e é imperativo reiterar que ali estavam alguns dos melhores da ciência política e da sociologia no Brasil.

Fui da segunda turma de mestrado que pôde fazer a passagem direta do mestrado para o doutorado sem defesa de dissertação, mediante a apresentação e defesa de um *paper*. Tendo a opção, fiz a escolha e ingressei, após dois anos, no doutorado. Carreguei da ECO o desejo de trabalhar com o problema da estetização. O ajuste seria relativamente simples: em lugar do crime, tive a ideia de trabalhar com processos de estetização da política. Trazia em mim certa percepção da proximidade desses dois campos aparentemente tão distantes:

política e crime – sem prejuízo do reconhecimento de que há certa grandeza na política, que fique claro. Tal aproximação não é, no entanto, moral, mas sim performativa.

As ruas estavam começando a ser tomadas pelos caras-pintadas. A frustração de uma parcela do eleitorado brasileiro com os rumos tomados a partir de 1989 no Brasil afluía e algo da atmosfera de 1984, na campanha pelas eleições diretas para presidente, e dos comícios de 1989 voltava às ruas. Setores conservadores e uma parcela do centro se uniam à esquerda na criação de um cenário favorável ao pedido de destituição do presidente Fernando Collor de Melo, eleito na primeira rodada de eleições para o executivo federal desde 1961. Luiz Eduardo, a essa altura um grande amigo e principal mentor intelectual, me chamou em sua sala de trabalho e me disse que era hora de ir a campo.

A ideia de Luiz era absolutamente procedente. Em meio à mobilização geral, uma voz quase solitária destoava: Leonel Brizola, que se batera de forma tão aguerrida contra Collor, durante o processo eleitoral de 1989, e que deu seu apoio a Lula, quando perdeu do líder petista a chance de ir para o segundo turno, se posicionava agora frontalmente contra a movimentação, que definia como um golpe. Recuperava, assim, sua vocação de 1961, mas num contexto, e para um caso considerado à época, bem distinto.

Brizola alegava, não sem certa razão, que o afastamento de Collor de setores conservadores do *establishment* político parlamentar alimentara ódios e estaria por trás de toda aquela movimentação. Assumia, assim, uma nova versão para a defesa da legalidade. Difícil a posição assumida por Brizola. Mais difícil ficavam seus correligionários de esquerda ou centro esquerda, obrigados a não aderir à vaga que tomava o país em função do posicionamento de seu principal líder. Luiz Eduardo me disse numa tarde, em sua sala de trabalho no IUPERJ que, entre aqueles que não somente aceitavam, mas defendiam as teses de Brizola quanto ao governo Collor, eu encontraria o brizolismo em sua forma bruta, original, inquebrantável. “Vai até eles e escuta o que eles têm a dizer”. Comecei a fazer trabalho de campo na Brizolândia, dois ou três dias depois dessa conversa.

Minha pesquisa de tese de doutorado trouxe a estetização para a política, tendo o carisma como um elemento central nesse processo. Foi bom, muito bom mesmo travar contato com brizolistas históricos e antibrizolistas ferrenhos, conhecer a rotina do partido e frequentar encontros variados, oficiais e extraoficiais, do brizolismo e do PDT. Acompanhei de perto os rompimentos traumáticos com Marcelo Alencar, Cesar Maia e tantos outros. Participei da

campanha de Cidinha Campos, em 1992, e acompanhei a campanha presidencial no Rio, em 1994. Quase virei brizolista.

Logo após o ingresso no doutorado, no início de 1992, Luiz Eduardo me convidou para tomar parte da equipe que estava formando no Instituto de Estudos da Religião (ISER) para estudar a violência no Rio de Janeiro. Sob a direção de Rubem Cesar Fernandes, o núcleo de pesquisas do ISER reunia alguns grupos de trabalho e coube a Luiz Eduardo desenhar um programa de investigação nesse campo específico que, desde o primeiro governo Brizola, iniciado em 1983, era tido como um dos mais sensíveis em políticas públicas.

Dadas as polêmicas envolvendo as linhas de atuação dos dois governos Brizola para o setor, estudar a segurança pública e a violência no estado simultaneamente à realização da pesquisa sobre o fenômeno do brizolismo foram atividades que convergiram em vários sentidos. Por outro lado, foi bem difícil fazer com que o primeiro não abduzisse o segundo. Também para isso contei com a sensibilidade e o apoio de Luiz Eduardo, que não somente me estimulava a fazer essa distinção como me garantia a priorização do trabalho de tese.

Assim como para muitos de minha geração, a passagem por uma ONG como o ISER foi fundamental em minha formação em diversos aspectos. Em primeiro lugar, sendo uma instituição histórica e com trajetória muitíssimo respeitável (sua fundação deu-se em 1970), o ISER primava pela seriedade de suas iniciativas e, em alguns setores, pela admissão da importância da produção de conhecimento. O funcionamento do Núcleo de Pesquisa era um expressivo exemplo dessa vocação, mas não era o único. Acontecia muita coisa no ISER e em ONGs semelhantes como Ibase e Fase, por exemplo.

A experiência no ISER foi fundamental na familiarização com técnicas e procedimentos próprios às pesquisas empíricas. Posso dizer que seria um pesquisador pior, se não tivesse passado por lá. Também no ISER despertei para a importância da articulação entre a produção acadêmica e o que chamaria hoje de certo ativismo público de natureza intelectual. Mantenho um enorme gosto e respeito pelos trabalhos exclusivamente teóricos e acho que eles têm, em todas as suas diferentes configurações, relevância inestimável. Mas pude desmontar um certo preconceito protoaristocrático quanto às variadas possibilidades de combinar pesquisa acadêmica, rigor analítico e compromisso político com agendas específicas. Na verdade, acredito que muitas pesquisas

exclusivamente teóricas e conceituais podem ter muito a ver com tal articulação. Mas no ISER, de qualquer forma, a teoria social foi divisada por mim como algo relacionado à pesquisa empírica, à produção e sistematização de dados e informações. Também sou grato ao convite feito por Luiz Eduardo naquele inesquecível ano de 1992. O ISER foi tão importante em minha trajetória que não hesitei em retornar à casa quando, em 2008, Pedro Strozenberg me convidou a ajudá-lo na condução de alguns trabalhos. Não tenho vínculo formal, mas sigo me considerando parte daquela casa.

O trabalho desenvolvido pela equipe de Luiz Eduardo foi pioneiro e colocou o ISER entre os centros que concorreram para consolidar o campo de estudos sobre violência e segurança pública no Rio de Janeiro e no Brasil. Trabalhar com Barbara Musumecchi, Leonarda Musumecchi, José Augusto Rodrigues (com quem, anos depois, criaria o LAV), Leandro Piquet Carneiro e Jaqueline Muniz foi uma experiência curiosa. Personalidades, vocações e ambições muito díspares aprendendo a atuar em um campo em formação. No final de 1993, ano trágico das chacinas da Candelária e de Vigário Geral, passamos dez dias produzindo os documentos que funcionariam como base para a fundação do Viva Rio, provavelmente a mais ambiciosa iniciativa de ativismo contra a violência no Rio de Janeiro até então.

Quando desfiz meu vínculo de pesquisador com o ISER, no início de 1995, para ocupar a vaga na UERJ obtida em concurso público em janeiro daquele ano, considerava encerrado meu ciclo de participação em pesquisas sobre violência, crime e segurança. Ajudei Luiz Eduardo a preparar os originais da edição em livro dos trabalhos compostos ao longo de período de pesquisas (*Violência e política no Rio de Janeiro*, editado pela Relume Dumará) e entendi que dava início a outra etapa intelectual. O foco era concluir a tese sobre o brizolismo e iniciar um novo ciclo como docente de Ciência Política no Departamento de Ciências Sociais da UERJ.

É claro que a questão da segurança pública, a parceria de Brizola com o Coronel Nazareth Cerqueira e a adoção dos princípios dos direitos humanos como fundamento da atuação das agências de Estado, incluindo as polícias, foram pontos importantes que procurei explorar em minha pesquisa de tese. Mas eles estavam longe de ser meus focos preferenciais. Importava-me destrinçar os processos de construção da imagem pública de Brizola, do que representava o brizolismo segundo seus adeptos e seus inimigos, identificar os signos mobilizados nas construções discursivas, as imagens e representações do brizolismo e a construção do chamado novo trabalhismo. Interessava-me, enfim, entender narrativas que ao se cruzarem eram, ao mesmo tempo,

premissas e construção “poética” de uma cultura política em disputa. A isso chamava estetização da política. Nela o nacionalismo e o líder carismático apareciam como ideias-forças, mais do que recursos heurísticos, que me fascinavam por interpelar a conjuntura em que estava inscrito, tanto quanto conferiam inteligibilidade, além de uma grande dose de virtude cívica, à construção de uma versão plausível da história da República no Brasil.

A conclusão do doutorado abriu a possibilidade de ingressar no Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais do Departamento de Ciências Sociais da UERJ (PPCIS-UERJ). A criação do PPCIS, em 1994, com a abertura de sua primeira turma de mestrado, fazia parte de uma onda iniciada na UERJ, alguns anos antes, de expansão de programas de pós-graduação e de centros de pesquisa. Estava em curso, desde o fim da década anterior, uma alteração importante na estrutura e no perfil da UERJ e tive a sorte de me incorporar a isso. Defendi a tese em dezembro de 1997 e em janeiro de 1998 já tomava parte, mais uma vez sob a liderança de Luiz Eduardo Soares, dos encontros que resultariam no projeto de criação do doutorado em ciências sociais do PPCIS.

Reencontrava no PPCIS um preceito que me atraía ao mestrado da ECO, no já quase longínquo ano de 1985: a ideia da transdisciplinaridade. Por azares do destino, integrei-me ao PPCIS em 1998 e já em 1999 assumi com Claudia Rezende a sua coordenação. Vida administrativa é dura, dela prefiro o esquecimento.

A trajetória pós-doutoramento começa com escolhas. Havia direções possíveis a partir da tese sobre o brizolismo. Duas delas me atraíam especialmente: seguir fazendo pesquisa sobre cultura política, aprofundando meus estudos sobre discurso e construção de imagens públicas, etc.; estudar mais detidamente o pensamento político brasileiro com ênfase na tradição nacionalista. Em ambas as alternativas desenhei roteiros em que coubesse um investimento pesado em teoria e a perspectiva de conciliar esse investimento com trabalhos empíricos, no primeiro caso, e especialização no pensamento social produzido no Brasil, no segundo.

Fiz a segunda escolha e ela valeu-me experiências extraordinárias de pesquisa e, sobretudo, docência. Tenho estado, desde então, muito próximo de colegas e amigos como Válder Sinder e Helena Bomeny, desenvolvendo cursos, travando diálogos e celebrando parcerias institucionais. Há coisas a serem feitas juntos ainda. Fora da UERJ, tive a oportunidade de travar parcerias com Vanilda Paiva, cujo livro sobre Paulo Freire é, em minha opinião, uma das obras mais sofisticadas sobre os anos de 1950 e 1960 no Brasil. Também a partir da parceria com Vanilda, firmei a escolha pelo investimento em estudar teoria

política no Brasil, o que rendeu dois ou três artigos de que gosto muito e a organização de um livro sobre pensamento brasileiro, para o qual contamos com a participação de parceiros e interlocutores contumazes.

Mesmo no breve período em que busquei dedicar-me inteiramente aos rumos definidos após o doutoramento, o campo da violência e da segurança pública se mostraram presentes. Exemplo disso foi uma segunda parceria com Vanilda, que resultou em nova realização editorial, dessa feita sobre o Degase e as políticas para adolescentes e jovens infratores. Dedicada aos estudos sobre educação, Vanilda realizava trabalho sobre os projetos socioeducativos desenvolvidos no Degase. Eu fazia assessoria para uma ONG holandesa, Instituto Brasileiro de Inovações em Saúde Social (Ibiss), exatamente em trabalhos por ela realizada no campo da juventude. Já havia também realizado um rápido trabalho no Degase, em parceria com o Centro de Estudos em Segurança e Cidadania da Ucam, sobre o qual tratarei mais adiante. Assim, juntamo-nos, Vanilda e eu, e fizemos nova publicação.

A despeito da determinação de orientar minha atividade por um caminho mais focado em teoria, as demandas por trabalho no campo da violência e da segurança pública se impuseram recorrentemente. Foram todas bem-vindas.

Em 1999, simultaneamente ao início de minha passagem pela coordenação do PPCIS, participei da criação do Curso Livre de Gestão em Segurança Pública e Direitos Humanos, com o Coronel Jorge da Silva e, mais uma vez, com o apoio de Luiz Eduardo Soares. Com duração de quatro meses, tendo uma turma de cinquenta alunos por semestre. Esse curso reunia profissionais das polícias (civil e militar), agentes penitenciários, seguranças do setor privado e ativistas de direitos humanos. Sendo um curso livre, definimos o segundo grau completo como escolaridade mínima, o que tornou possível reunir nas mesmas turmas, de 1999 a 2006, policiais militares de patentes variadas e soldados, delegados e policiais civis de cargos mais baixos, ativistas vinculados à universidade ou sem qualquer passagem por ela. A ideia de promover encontros de diferentes atores em espaços de diálogo criados no interior da universidade e de transmitir conteúdos importantes para o desenho de abordagens para segurança pública orientadas pelo respeito aos preceitos do Estado de Direito foi a base do curso durante sua existência.

Ainda no campo da segurança, em 2002, eu e meus colegas Ignácio Cano e José Augusto Rodrigues decidimos criar o Laboratório de Análise da Violência (LAV-UERJ). Naquela época, não éramos especialmente próximos nem trabalhávamos juntos. Tínhamos em comum a passagem pelo ISER e tocávamos avulsamente nossos trabalhos. Reunir forças e criar um núcleo de

referência nos pareceu uma ideia plausível e estrategicamente inteligente para alavancarmos esforços, buscarmos recursos e, uma vez coordenando minimamente aquilo que já fazíamos, dar mais consequência a nossos respectivos trabalhos.

O LAV foi formalizado como programa de formação, pesquisa e extensão e assim tem funcionado até hoje. O laboratório é composto, agora, pelos professores Eduardo Ribeiro (primeiro bolsista de extensão do LAV, quando ainda era aluno de graduação), Dorian Borges e Ignácio Cano, além de mim. Tem sido provavelmente a iniciativa mais organizada e longeva de que fiz parte sendo orientada pela ambição de articular uma produção acadêmica pautada, a um só tempo, por rigor analítico e comprometimento com os debates públicos.

Ao longo dos anos, várias parcerias têm sido feitas com agências governamentais, organizações da sociedade civil e instituições de pesquisa, nos âmbitos nacional e internacional. O LAV tem conseguido cobrir com alguma efetividade os três campos de atuação esperados da universidade. Promovemos palestras, encontros, cursos de apoio e outras atividades formadoras, além dos próprios cursos que seus membros oferecem na graduação e na pós-graduação do Instituto de Ciências Sociais da UERJ. Todos os professores vinculados ao LAV realizam pesquisas, captando recursos nas agências de fomento e integrando estudantes de graduação e de pós-graduação em suas equipes. Ao mesmo tempo, há uma intensa interação do LAV com organizações da sociedade civil e do Estado, seja na formulação de projetos, seja na elaboração de diagnósticos, seja simplesmente na cooperação dialógica, imprescindível para a participação da universidade no debate público.

Mais ou menos na mesma época da formação do LAV, foi criado também o Laboratório de Estudos em Teoria Política. Essa iniciativa, em parceria com Bernardo Ferreira, tinha um perfil bem diferente. Sua ambição era consolidar um núcleo de estudos em teoria política, entendida em sentido largo, e recrutar estudantes do então Departamento de Ciências Sociais que tivessem interesse nesse tipo de atividade. Durante seu funcionamento, o laboratório propiciou um espaço de muitos debates e desenvolvimento de projetos. Sem estratégia de divulgação externa, acabou mesmo assim por atrair, em diferentes momentos, estudantes de outras universidades e vários daqueles que por ali passaram são, hoje, profissionais do campo acadêmico.

É possível dizer, portanto, que entre as alternativas inicialmente postas jamais uma delas foi definida como o rumo a ser seguido. Tenho uma dificuldade aberta com a especialização e ainda espero aprender a lidar com

isso. Mas não acho que essa seja uma singularidade pessoal. Os trabalhos sobre pensamento social e político brasileiro se plasmaram no interesse mais geral em teoria política *tout court*, e este, por sua vez, foi um campo de atividade mais explorado em atividades docentes do que propriamente em projetos de pesquisa. Por outro lado, pesquisas em torno de questões relativas aos estudos sobre violência se sucederam, deslocando-se em eixos temáticos que guardam alguma lógica, creio eu. Uma das práticas que desenvolvi quase que inconscientemente foi tentar produzir ao menos um artigo estritamente teórico-conceitual ao fim de cada ciclo de pesquisas em determinada subárea. Foi assim no caso do estudo sobre prevenção à violência e sobre conselhos de segurança pública, dos quais tratarei mais adiante.

Em 2003, numa parceria LAV e CESEC (Centro de Estudos em Segurança e Cidadania da Candido Mendes) a que aludi anteriormente, realizei, com o apoio do *People Palace Project*, um levantamento do perfil dos adolescentes infratores cumprindo medidas socioeducativas. O *People Palace Project* era um programa que desenvolvia trabalhos associados ao teatro com jovens em situação de vulnerabilidade social. Pretendendo desenvolver um projeto no Degase, decidi começar pela definição do perfil de seu público. O resultado a que chegamos apontava a existência de vínculos familiares razoavelmente estáveis entre quase 80% dos adolescentes. Ao mesmo tempo, quase 70% deles cumpriam medidas por infrações relativas a drogas, uso ou comércio.

Esses resultados, que nada surpreendiam àqueles que já atuavam na área como ativistas ou como profissionais do campo da assistência à criança e ao adolescente, quebra estereótipos do senso comum que tendem a demonizar os adolescentes infratores como figuras sem laços ou referências familiares consistentes. Ao mesmo tempo, reforçavam, como segue sendo até hoje, a intuição sobre a importância de que se envidem esforços para mudanças significativas em duas áreas de políticas públicas: prevenção à violência e revisão das políticas de drogas.

O estudo sobre políticas e práticas de prevenção à violência consumiu alguns bons anos, iniciativas e publicações. A primeira das publicações foi a reunião de estudos de caso e discussões teórico normativas editada pela Civilização Brasileira em 2005, *Prevenção à Violência*, em que pude contar com a cooperação de vários pesquisadores e especialistas no campo. Nessa ocasião,

trabalhei com alguns ex-alunos ou orientandos de doutorado, como Otair Fernandes e Rosane de Oliveira.

Entre 2008 e 2011, o LAV firmou uma parceria com o Observatório de Favelas que resultou em várias iniciativas e publicações. Uma delas foi o estudo de políticas de prevenção à violência em nove regiões metropolitanas do Brasil. Esse foi o período de encampação das iniciativas previstas pelo Pronasci (Política de Prevenção à Violência com Cidadania), lançado no segundo governo Lula. Foi, também, o período de mobilização para a primeira Conseg (Conferência Nacional de Segurança), realizada em Brasília, em 2009.

A perspectiva de mudanças de abordagens para o campo da segurança pública no Brasil, em geral, e no Rio de Janeiro, em particular, foi a dimensão normativa de boa parte dos estudos sobre violência que começam a ser produzidos a partir do início dos anos 1990 no país. À altura da realização da Conseg, a despeito de todas as críticas cabíveis ao desenho e encampação do Pronasci e da própria realização da conferência, havia razões para se supor que as bases de um novo tratamento para a segurança pública estavam suficientemente sólidas. Sendo assim, supunha-se, seria uma questão de tempo a supressão das práticas de violência estatal que historicamente pautam a atuação das agências do sistema de justiça criminal, incluindo aí polícias e sistemas penitenciários, tanto quanto o próprio aparato do judiciário. Bem, essa era a percepção de pelo menos alguns dos atores. Sabe-se hoje que não foi isso que ocorreu ou, pelo menos, não ocorreu ainda.

Foi no correr dos estudos sobre prevenção à violência que se deu a aproximação com um novo campo de pesquisas: os estudos sobre os conselhos de segurança pública. Antes de recuperar esse período, que consumiu alguns anos e se tornou uma espécie de programa de pesquisa, cabe o registro de outras frentes de trabalho abertas na mesma ocasião em que atuava nas discussões sobre prevenção.

O PPCIS traz consigo uma proposta interessante de organizar-se não por campos disciplinares propriamente, mas por linhas de pesquisa. Esse foi um mote definido em suas origens e preservado até hoje, para o bem e para o mal do programa. Para o mal porque, de certo modo, a vaga da transdisciplinaridade mede forças com uma segunda tendência, de aprofundamento da especialização e da divisão disciplinar de departamentos e grupos de pesquisa. Mede forças e, a julgar pelo momento atual, perde essa disputa, o que tem consequências institucionais e acadêmicas desfavoráveis. Do ponto de vista substantivo, contudo, os ganhos são enormes.

A longeva e já mencionada parceria com Helena Bomeny e Válder Sinder nos campos da teoria social e do pensamento social brasileiro rende frutos maiores do que está traduzido em projetos de pesquisa ou publicações. Mas há outras em que pude cooperar e desenvolver projetos com sociólogos e antropólogos que resultaram em uma sequência de realizações interessantes. Em 2007, iniciou-se uma parceria com Maria Claudia Coelho que, desde então, jamais foi interrompida. Inicialmente, essa parceria se formou em dois projetos que articulavam violência e escola. No primeiro, participamos de um projeto sobre violência e juventude, em que desenvolvemos uma análise comparativa sobre trajetórias de jovens egressos prematuramente da escola e que a ela retornavam, jovens matriculados regularmente e jovens cumprindo medidas socioeducativas em unidades do Degase. A ideia era discutir correlações possíveis entre evasão escolar e potencialização de vulnerabilidade de jovens e adolescentes. O trabalho resultou numa discussão sobre os limites inferenciais de alguns dos postulados próprios dos discursos criminológicos sobre fatores de risco e vulnerabilidade social. Traduziu-se também num artigo, “Sobre errâncias, imprecisões e ambivalências: notas sobre as trajetórias de jovens cariocas e sua relação com o mundo do crime”, publicado em 2014, em *Horizontes Antropológicos*.

Quase que simultaneamente, em nova pesquisa, dessa feita contando com a participação de Helena Bomeny, realizamos um trabalho sobre violência nas escolas do Rio de Janeiro. Nesse caso, discutimos a questão da autoridade e dos diferentes significados dados à violência no ambiente escolar, segundo percepções de membros da comunidade escolar (professores, coordenadores, diretores, etc.). Ambos os trabalhos resultaram em artigos publicados em periódicos científicos.

A possibilidade de compartilhar institucional e intelectualmente com colegas de áreas tão distantes como tem sido o caso do(a)s já citado(a)s, assim como com Clarice Peixoto, Clara Araújo, Claudia Rezende, dificilmente se daria num programa estritamente disciplinar. A despeito das dificuldades, portanto, julgo ter dado sorte também por me filiar ao PPCIS.

Desde 2008, o retorno ao ISER, através de convite de Pedro Strozenberg, propiciou uma série de iniciativas em que a atividade de pesquisa e a intervenção pública se articulam. Entre 2008 até 2014, ano em que essa segunda passagem pelo ISER se tornou um vínculo mais brando e intermitente, foi possível participar de várias iniciativas que resultaram em relatórios de pesquisa, documentos orientadores de políticas e uma publicação. Em 2008, realizamos um exaustivo trabalho sobre o sistema de apoio a crianças e

adolescentes em Nova Iguaçu. O objetivo foi identificar as fontes de informações e, a partir daí, verificar os fatores de risco e as áreas mais vulneráveis para crianças e adolescentes no município da Baixada Fluminense.

Também em 2008 demos início a um trabalho, que se estendeu até o ano seguinte, de diagnóstico dos impactos da instalação de uma mineradora canadense num município do interior do Pará. A iniciativa visava verificar o comportamento da incidência criminal e suas eventuais mudanças em Juruti, município às margens do Rio Amazonas, a partir da instalação de um polo de exploração de Bauxita. Pretendia-se, também, estabelecer diretrizes para um programa que evitasse o aumento da violência decorrente das mudanças implicadas no funcionamento da mineradora naquele município.

Financiado pela Senasp, coordenei, em 2011, com a parceria de André Rodrigues, a preparação de material didático para um curso nacional sobre segurança pública e direitos humanos, desenvolvido ao longo de 2011 e 2012 e voltado para profissionais da área em todo o Brasil, sob a coordenação de André. Faz parte desse material um livro com artigos acadêmicos de alguns dos principais pesquisadores do campo da violência e dos direitos humanos no Brasil. Além desse livro e da relevância da própria iniciativa do curso – que pensava a segurança de maneira alternativa ao modelo de guerra às drogas e ao enfrentamento armado que se consagrou no país –, essa empreitada funcionou como a consolidação de uma longa parceria com André. Participante ativo e longo, quando estudante da graduação da UERJ, do laboratório de teoria política, conduzido por mim e por Bernardo Ferreira, André trilhou toda sua formação acadêmica em uma linha de estudos estritamente teóricos. Desse lugar, contudo, tornou-se parceiro constante em vários trabalhos sobre direitos humanos e segurança, sendo, hoje, um dos mais talentosos quadros nesse campo sem, por outro lado, jamais abdicar do investimento intelectual em teoria. Tornou-se, também, de estudante empenhado e extremamente maduro, num dos melhores interlocutores e amigos que tenho no mundo acadêmico.

Também no ISER, e em parceria com André Rodrigues, fiz parte da equipe que realizou um exaustivo esforço de levantamento de informações para a elaboração de um programa de treinamento de policiais que atuariam no programa de polícia de proximidade, modelo desenvolvido a partir das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs). Infelizmente, essa iniciativa, que consumiu mais de um ano de esforços e resultou em documentos de diagnóstico, análise e, finalmente, num conjunto de materiais para uso didático,

foi finalizada quando o próprio programa das UPPs já dava claras mostras de declínio e esvaziamento.

O programa de atividades desenvolvidas no ISER entre 2008 e 2014 foi orientado por aquela expectativa que começou a tomar forma em 1992, quando de minha primeira passagem por lá. No entanto, a despeito do volume de trabalhos em outras esferas de atuação, o PPCIS e o Departamento de Ciências Sociais da UERJ seguiram como espaço preferencial de parcerias e iniciativas de realização de pesquisas acadêmicas. Do mesmo modo, Maria Claudia Coelho seguiu, após os dois projetos iniciais, como uma das parcerias mais constantes. Foi assim, por exemplo, em projeto desenhado e implementado a partir de 2014, sobre gramáticas emocionais e experiências sobre o exercício da autoridade. A partir da pesquisa, em que cruzamos diferentes referências teóricas de nossas respectivas formações, produzimos três artigos sobre relatos dessa modalidade de experiência em situações de revista de malas em aeroportos e de operações da Lei Seca. Em cooperação com ex orientandos nossos e agora colegas de pesquisa, publicamos “Autoridade policial, riso e polidez – notas sobre interações entre polícias e cidadãos na Operação Lei Seca” (*Análise Social*, 2013); “A experiência da sujeição à autoridade policial: notas sobre a articulação entre cognição e emoção na vida pública” (*Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 2016) e “Gramáticas emocionais e submissão à autoridade: interações entre fiscais e cidadãos em revistas de malas em aeroportos” (*Maguaré*, 2018). Nessa pesquisa e nos trabalhos dela decorrentes, contamos com as parcerias de Anderson de Castro e Silva, Bruno Zilli, Raquel Brum Fernandes e Fábio Rios.

Nas atividades mais estritamente inscritas no LAV, o desdobramento das investigações sobre prevenção à violência levou à abertura de uma nova frente de trabalhos: o estudo das experiências dos conselhos de segurança pública. Recurso desenvolvido em diferentes campos de políticas públicas desde meados dos anos de 1980, os conselhos foram identificados pela literatura especializada como ferramenta com grande potencial de ampliação do escopo da participação política no contexto do último ciclo de redemocratização no Brasil. Incorporado tardiamente ao léxico institucional do campo da segurança pública, os conselhos foram encarados como meio de aproximação do Estado, sobretudo através das polícias, à sociedade civil, de maneira geral. Acompanhar esse processo, compreender suas diferentes configurações no Rio

de Janeiro, em particular, e no Brasil, de forma geral, foi uma atividade desenvolvida desde que meu foco privilegiado estava nas políticas de prevenção, quando realizei com Otair Fernandes, então meu orientando no doutorado, uma breve exploração sobre a criação de um conselho em São Gonçalo, município fortemente conflagrado do estado do Rio de Janeiro. Entre 2008 até 2016, fiz vários trabalhos explorando os conselhos comunitários do Rio de Janeiro e os conselhos municipais e estaduais, em nível nacional. Também neles tive a colaboração de alunos de pós-graduação e ex-alunos como Márcio Lázaro e, novamente, André Rodrigues.

Uma das percepções mais recorrentes que tive nesses trabalhos foi a de que a correlação necessária entre associativismo e democratização é, muitas vezes, um equívoco. Frequentemente, os conselhos funcionaram, em vários pontos do Brasil, como nichos conservadores de aliança entre o poder público e atores locais com o intuito de promoverem estratégias discricionárias de segurança, estabelecer uma espécie de cordões sanitários em determinadas regiões e fortalecer padrões assimétricos de provisão de segurança. Nos trabalhos de campo realizados no Rio de Janeiro não foram poucas as reuniões em que demandas fortemente autoritárias e mesmo extralegais eram encaminhadas por representantes de entidades da sociedade civil, no caso do Conselho Estadual de Segurança do Rio de Janeiro, ou de participantes não oficiais, no caso dos conselhos comunitários. Nessas ocasiões, era curioso assistir ao comandante de Batalhão da área, muitas vezes em regiões conflagradas e com inúmeros episódios de violação de direitos por parte de agentes do Estado, recorrer à legislação para explicar que as medidas demandadas por atores da sociedade civil extrapolavam as atribuições policiais ou eram gravemente contrárias à lei.

Como desdobramento do interesse nos conselhos de segurança e das pesquisas no âmbito do Rio de Janeiro, um grande mapeamento nacional foi feito, tendo como referência o marco da Conferência Nacional de Segurança Pública, de 2009, e a criação do Conselho Nacional de Segurança Pública (Conasp), nessa mesma ocasião. Com a colaboração de Eduardo Ribeiro, Marcele Frossard, Leandro Marinho, Orlinda Cláudia de Moraes e, mais uma vez, Anderson Castro e Silva foi feito um levantamento exaustivo dos conselhos estaduais e municipais criados no Brasil antes e depois da Conseg. Mais uma vez, os limites desse recurso enquanto instrumento de democratização do campo da segurança pública chamaram mais nossa atenção do que seus componentes democratizantes.

Após cerca de oito anos estudando arranjos associativos conectados à segurança pública, um novo passo se impõe. Dessa feita, não se trata somente de operar um desejável e necessário deslocamento de objeto, diante da exaustão de possibilidades e mesmo do interesse naquele em que se esteve durante quase uma década. As mudanças recentes na política brasileira devem impor necessariamente um balanço por pelo menos uma parte de pesquisadores, gestores e ativistas do campo da segurança pública sobre o que foi feito nos últimos trinta anos nessa área.

Os avanços no campo das políticas de segurança pública no Brasil são inquestionáveis. Muito se fez desde meados dos anos de 1990, tanto em nível nacional, quanto em quase todas as unidades federativas. No que diz respeito à pesquisa, nesse mesmo período um campo se formou e é, hoje, ocupado por profissionais extremamente qualificados, que acumulam massa crítica ao mesmo tempo que colaboram para a formação de novos e sempre atualizados quadros analíticos. Foi celebrada uma aproximação, impensável até um determinado momento, entre centros de pesquisa e agências estatais do sistema de segurança pública, sobretudo polícias. Modelos de gestão foram desenhados, programas de formação foram criados e encampados, informação qualificada foi produzida, bem como foram estabelecidas metodologias para obtê-las. A segurança pública é hoje um campo de pesquisa consolidado no âmbito das ciências sociais, com direito a várias subáreas de especialização. A despeito disso, está fora de questão que os rumos tomados por esse campo, na reta final da segunda década do presente século, perturbam e impõem um balanço.

Os riscos discricionários gravidade e o conteúdo reacionário implícitos no discurso de algumas figuras públicas que emergem na vida política em grandes centros e nacionalmente não deveriam ser subestimados. O apelo junto a amplas camadas sociais do uso da força, a adoção aberta à retórica e a práticas de guerra contra a população pobre das grandes e médias cidades e a valorização da lógica armamentista impõem uma reflexão sobre o que nos mantém em condições tão precárias no campo da segurança após três décadas de promulgada a atual Constituição. Do mesmo modo, não pode ser menoscabado o quanto a chancela aberta ou velada a mecanismos que violam a isonomia no acesso a direitos, o respeito aos preceitos legais e à pessoa humana evidenciam a fragilidade do Estado de Direito, de suas instituições e da ordem democrática. Há uma nova gramática a ser construída. Essa construção se impõe a partir da perturbadora necessidade de compreender as razões que fazem com que, a despeito de avanços substantivos, o Estado

brasileiro siga funcionando como uma espécie de máquina de triturar vidas, sendo conivente, quando não vetor determinante, na produção de mortes em massa, com seletividade aberta voltada para jovens negros, pobres, do sexo masculino e moradores das periferias, das favelas e das áreas desfavorecidas das cidades grandes e médias do país.

O fim da segunda década do século XXI impõe uma série de questões, dilemas e perplexidades. Impõe, sobretudo, a admissão de que uma nova linguagem deve ser produzida para que se lide com questões relativas ao espaço urbano, ao meio ambiente, à tolerância (sempre ela de volta), ao estatuto da política num mundo em que as transformações parecem apontar muito mais para as projeções sombrias de Adorno e Horkheimer do que para o mundo solar da racionalidade ilustrada de matriz kantiana. O que se impõe, portanto, em vários campos da vida social e da produção intelectual em sentido mais amplo, vale também, e de forma não menos urgente e dramática, para as questões relativas à violência e à segurança pública no Brasil.

Obviamente o desafio não se faz a um grupo restrito de pessoas. Trata-se de um programa, um novo conjunto de indagações, cuja formulação ainda deve ser feita. Esse, provavelmente, será o incitamento das gerações que estão se iniciando agora no campo da pesquisa e da produção intelectual.

Na trajetória aqui apresentada, a pequena tentativa que se inicia presentemente está relacionada à discussão sobre o papel das instituições políticas, mais precisamente as assembleias legislativas estaduais, na formulação do discurso público e de políticas públicas de segurança. Sendo a definição das diretrizes da segurança pública uma prerrogativa dos executivos estaduais, é compreensível que tenham sido eles, até aqui, os focos privilegiados de atenção. Levando-se em conta que as agências mais diretamente afetas à questão e, de certo ponto de vista, as mais problemáticas, foram as polícias e os sistemas prisionais, entende-se que foram elas que consumiram mais tempo, interesse e investimento de estudos e de formulações reformadoras. Sem prejuízo da pertinência de tal abordagem e da continuidade de esforços nessas direções, impõe-se ampliar o arco. Ao ampliá-lo, ele se ressignifica e se torna outro. Na ausência de melhor nome, impõe-se suprir a falta da política, em seu sentido mais poderoso, nas discussões, nos debates e nos programas de pesquisa sobre violência e segurança pública.

No espírito de ampliação do arco de análise, a aposta que começo a perseguir é a de que o poder legislativo, foco convencionalmente privilegiado de estudos em ciência política, deve receber maior atenção no campo de estudos sobre violência e segurança pública. A aposta que começo a perseguir

é de que as casas legislativas nacional e estaduais são um importante *locus* de produção de discursos públicos sobre segurança, bem como de formulação e legitimação de políticas. Trazê-las para o centro dos debates e para o foco de análise é a ambição do novo programa de pesquisas por mim encampado.

O ano de 2016 está gravado na memória de todo frequentador da UERJ, sendo aluno, professor ou funcionário. Havia no prédio da São Francisco Xavier algo que remetia aos cenários criados por Saramago em seu *best-seller*, *Ensaio sobre a cegueira*. Corredores imundos, banheiros fétidos, vazio e risco em cada andar, em todos os cantos. Degradação física total. Quem por lá circulava costumava carregar um ar abatido e apreensivo. Há, hoje, a impressão de que o pior passou. É o que se diz, pelo menos. Talvez sim, mas não é prudente fiar-se nisso. Pode ser que, pelo contrário, aquilo que a UERJ passou em 2016 seja apenas um mau augúrio do que pode vir a suceder às universidades públicas de maneira geral.

A reconstituição de uma trajetória ininterrupta no interior da universidade pública, que remonta a 1981, é sofrida, quando temos em mente a conjuntura brasileira. Foram muitas as promessas acenadas ao longo da década de 1980. São variados os demônios que nos fustigam contemporaneamente. Ainda assim, e a despeito do risco da exacerbação indesejada do apelo emotivo, devo admitir que circular pelos corredores da UERJ no entre aulas é um alento. Prestes a retomar as aulas, imaginando como abordar nossa indignação e nossa temperança absurda, quando do retorno da longa paralisação de 2016, lembrei dos Doces Bárbaros cantando o “Impávido Muhamad Alli”. Gostei do mote. Talvez com boa dose de pretensão, imaginei uma aproximação.

Marrentos, irreduzíveis, apanhamos e dançamos, apanhamos e dançamos. Apanhamos mais e dançamos novamente. Escarnecemos da dor, e dançamos. E mais! E no final, é o adversário que vai à lona. Sempre, invariavelmente. Apanhamos, mas não caímos. Caçoamos, balbúrdiamos, apanhamos mais, mas não caímos. Só de marra! Só de birra! Só pra implicar! Que nem Muhamad Alli. É o que tenho dito aos estudantes desde então.